

HABEAS CORPUS Nº 460.159 - SP (2018/0180140-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : EDER PEREIRA BAHIA
ADVOGADO : EDER PEREIRA BAHIA - SP287830
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO FERRARI DA SILVA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE.

Writ prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Marcelo Ferrari da Silva**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem de *habeas corpus* (HC n. 2121545-76.2018.8.26.0000 - fls. 174/179):

HABEAS CORPUS. Receptação e associação criminosa. Decreto de prisão preventiva. Possibilidade. Necessidade de acautelamento da ordem pública demonstrado. Eventuais condições pessoais favoráveis que, por si sós, não afastam a necessidade da custódia cautelar. Descabimento. Constrangimento ilegal não caracterizado. Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nos crimes descritos nos arts. 180, §§ 1º e 2º, e 288, parágrafo único, do Código Penal, em concurso material de crimes.

Alega a defesa, em suma, que *"não existem razões para a prisão do acusado, o réu possui residência fixa e família constituída no domicílio da culpa, atividade com renda lícita. Sempre trabalhou em sua vida, nunca dependeu de atividades ilícitas para sobreviver e criar seus filhos."* (fl. 6).

Sustenta que *"o crime supostamente praticado pelo réu não envolveu qualquer violência ou grave ameaça, ademais eventual gravidade do crime não possui o condão de autorizar a custódia preventiva."* (fl. 8). Aduz que *"O periculum in mora, se mostra evidente, por ser pessoa publica, eventual prisão, ainda que provisória, mancharia totalmente sua imagem"* (fl. 12). Quanto ao *fumus boni iuris* alega que o paciente possui bons antecedentes, residência fixa, preenche os requisitos da lei, para

fazer jus a aguardar em liberdade o desenrolar de seu processo.

Assim, requer a revogação da prisão preventiva.

Em 23/7/2018, o Vice-Presidente, à época, Ministro Humberto Martins, indeferiu a liminar (fls. 183/185).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 227/229).

É o relatório.

Sucede que o *writ* está prejudicado.

Há notícia, obtida no portal eletrônico do Tribunal local, de que, em 4/6/2019, sobreveio sentença na ação penal (Autos n. 0001309-80.2018.8.26.0372), apenas em relação ao ora paciente Marcelo Ferrari da Silva, a qual foi julgada parcialmente procedente para condená-lo pelo crime de receptação qualificada e absolvê-lo do crime de associação criminosa (fl. 72).

Ao dosar a pena, o juízo *a quo* fixou-a em 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 11 dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fl. 77).

Ora, a superveniência de sentença condenatória torna prejudicado o *writ* que tem por escopo revogar a prisão cautelar para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da ação penal, por constituir novo título judicial sentença que agora ampara a segregação.

Do Superior Tribunal, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. **Havendo sido prolatada sentença condenatória** em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, **é de se julgar prejudicado o exame do *habeas corpus*** quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

custódia preventiva, **para não incorrer em supressão de instância.**

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018 - grifo nosso).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus* por perda superveniente do objeto (art. 34, XI, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

